



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 6/2019

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, nos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2020;**
- 3) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do mapa de pessoal para o ano 2020;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa intermunicipal «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.»;**
- 5) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do regulamento do Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho do Município de Valpaços;**
- 6) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2020, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queiroz Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 47 (quarenta sete) e a ausência de 4 (quatro), a saber:

Membros Eleitos

Alípio José dos Santos Barreira, Ana Lícia Rodrigues Teixeira e Maria Julieta Teixeira Lino.

Presidentes de Junta

Francisco Manuel Moreiras Machado

Antes do início dos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concebeu a palavra ao Senhor Primeiro Secretário da CIM Alto Tâmega, Senhor Professor Ramiro Gonçalves, que com a ajuda de meio audiovisual, apresentou um balanço das atividades desenvolvidas pela CIM-AT ao longo do ano de 2019.

Posteriormente, e no seguimento da intervenção do Senhor Primeiro Secretário da CIM Alto Tâmega, Senhor Professor Ramiro Gonçalves, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Em seguida, O Senhor Presidente da Câmara, destacou a heterogeneidade dos Concelhos que integram a CIM-AT, sem nunca por em causa as lutas e objetivos comuns para bem da região.

Destacou também, o dinamismo da economia do Concelho refletido nos números divulgados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística, consequência da forte aposta deste executivo, nomeadamente, no setor primário.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e dezanove, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Sebastião Vila das Neves**

O Senhor Deputado Sebastião das Neves, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, relativamente ao teor da ata, por não ter estado na assembleia anterior, anunciou a sua abstenção.

Por não haver mais inscrições, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO**.

Correspondência recebida

Solicitaram a relevação da falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e dezanove, os seguintes Deputados Municipais:

Vítor Manuel Coelho Nogaró;

Alípio José dos Santos Barreira.

Presidentes de Junta

Francisco Manuel Moreira Machado;

Nuno Miguel Castro de Freitas.

Foi recebido um ofício do Senhor Deputado Dr. Eugénio Borges, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a pedir a suspensão do mandato de Deputado Municipal, até ao dia 31 de dezembro de 2019. Neste âmbito, não podendo comparecer a esta reunião, para a sua substituição, foi notificado o membro seguinte na lista de candidatos do Partido Socialista a Senhora Catarina Costa que se mostrou indisponível. Foi contactado o elemento seguinte, Senhor

Elias Ferreira Pereira que se mostrou indisponível. Por último, foi notificado o Senhor Sebastião Vila das Neves que aceitou tomar lugar nesta Assembleia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Enfermeiro Vasco Carvalho.**

O Senhor Deputado Enfermeiro Vasco Carvalho, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

O Senhor Deputado parabenizou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, pela abertura do novo Hospital. Ainda relativamente ao Hospital, questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao seu funcionamento, nomeadamente, saber se os utentes vão pagar as consultas ou se haverá algum tipo de acordo.

Por último, e relativamente ao troço da EN213, sentido Chaves – Valpaços, logo a seguir às instalações da Citroen, tendo-se verificado um elevado número de acidentes, questionou se o Câmara poderá fazer alguma coisa que possa mitigar esses sinistros.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, **Senhor António de Jesus Costa.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

O Senhor Presidente da Junta deu nota do sucesso da XXIII Edição da Castmonte que decorreu em Carrazedo de Montenegro dos dias, 8, 9 e 10 de novembro, com muitos visitantes e um volume de negócios bastante elevado. Deixou uma apalavra de apreço ao Senhor Presidente da Câmara Doutor Amílcar Almeida, à Senhor Vereadora Doutora Teresa Pavão e também aos funcionários que participaram na realização do evento. Deixou, no entanto, um reparo para a necessidade de promover um sistema de aquecimento, nomeadamente, junto das tasquinhas para maior comodidade de quem visita o espaço.

Por último, deixou votos de um feliz natal e um ano novo cheio de saúde.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves

O Senhor Deputado Sebastião das Neves, começou por lembrar que o PSD tem responsabilidades na desertificação e no estado da economia deste Concelho, porque o governa há muitos anos. Mais, lembrou das dificuldades dos empresários do Concelho que lutam diariamente com dificuldades para manter os seus negócios.

Em seguida, propôs uma petição para a Assembleia da República para proteção dos terrenos agrícolas do Concelho para combate às pragas do Javali e da Cabra Brava.

Alertou para o facto dos géneros alimentares consumidos nas instalações da Santa Casa da Misericórdia serem adquiridos fora do Concelho de Valpaços, assim, apelou ao Senhor Presidente da Câmara para interceder na expectativa que os produtos agrícolas consumidos na Santa Casa tenham proveniência no Concelho, para bem dos nossos agricultores.

Por último, referiu que a entrada de Valpaços no sentido Possacos/Valpaços, está necessitada de uma intervenção devido ao estado sobejamente conhecido por todos.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Enfermeiro Vítor Machado.

O Senhor Deputado Enfermeiro Vítor Machado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, questionou o Presidente da Câmara para quando a abertura efetiva do novo Hospital. No seguimento da intervenção do Senhor Enfermeiro Vasco Carvalho, referiu que os Hospitais das Misericórdias têm acordos muito interessantes com benefícios elevados para os utentes.

Por último, deixou votos de Boas Festas e feliz Ano Novo.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa

O Senhor Deputado Fernando Pessoa, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, deu nota do sucesso da Feira do Vinho e das Vindimas que decorreu em Valpaços no dia 28 de setembro, promovendo, nomeadamente, os vinhos certificados do Concelho.

Agradeceu, ao Senhor Presidente da Câmara a intervenção na EM 213-1, que liga Vilarandelo a Bouçoais.

Seguidamente, enalteceu o crescente sucesso da feira “Castmonte”, que se tornou numa referência e num dos mais importantes eventos da região.

O Senhor Deputado lamentou os constrangimentos, que agora existem, para licenciamento de novas construções para habitação e estruturas empresariais, considera que deveria ser da competência da Câmara Municipal a respetiva autorização.

Deu nota das suas intervenções na Assembleia da CIM-AT, onde se tem debatido por melhores acessos rodoviários na região, nomeadamente o itinerário Valpaços/Chaves.

Por último, deixou votos de Boas Festas e feliz Ano Novo.

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Enfermeira Paula Xavier.

A Senhora Deputada Enfermeira Paula Xavier, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, agradeceu ao Município, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, o apoio prestado na realização das primeiras jornadas do aleitamento materno que decorreram no passado dia 30 de setembro, no Auditório Arte e Cultura Luís Teixeira, cujo tema foi: o empoderamento e a capacitação da família no sucesso da amamentação.

Por último, louvou o trabalho do Município na área da ação social, juntamente com as quatro farmácias de Valpaços e as entidades comerciais “Pingo Doce” e “Intermarché”, com a entrega de kits promocionais à maternidade. Desde a implementação do projeto, em 2016, até à presente data foram já entregues 309 kits.

Desejou a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Bouçoais, Senhor António Taveira.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bouçoais, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Em seguida, lembrou as boas práticas de governação quem tem sido marca deste executivo. Destacou a distinção atribuída pelo IMPIC, no passado dia 4 dezembro, que premeia a disponibilização de conteúdos na página oficial da internet do Município de Valpaços.

No dia 6 de dezembro decorreu em Chaves a II Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega, destacando-se os muitos prémios atribuídos a empresas do Concelho nas mais diversas categorias.

Por último, deixou votos de Boas Festas e feliz Ano Novo.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, **Senhor Eng.º Luís Teixeira.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Em seguida, deu nota da intervenção na rua Professora D.^a Amélia Castelo, em Vilarandelo, que se encontra em fase de conclusão. Lembrou a necessidade da abertura da rua que vai das instalações do Crédito Agrícola ao Centro de Saúde, como alternativa a rua principal de Vilarandelo. Ainda na localidade de Vilarandelo, e devido ao elevado número de acidentes na EN 213, o Senhor Presidente da Junta questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao estado do processo da transferência dessa competência.

Louvou a iniciativa da autarquia com a realização da festa do idoso.

Por último, solicitou ajuda do Município para realização de obras de manutenção no pavilhão desportivo de Vilarandelo, que se encontra degradado, para que sirva condignamente a população na prática de atividades desportivas.

Desejou a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, **Senhor António Castanheira.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Em seguida, agradeceu à Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente, os investimentos levados a cabo na freguesia de Valpaços e Sanfins, nomeadamente o troço da EM 544 que liga Valpaços a Vale de Casas.

Deixou nota do sucesso crescente do almoço dos idosos que decorreu no passado dia 8 de dezembro, agradecendo o trabalho do Senhor Presidente da Câmara, dos funcionários da autarquia, dos Senhores Presidentes de junta, do Senhor Padre Leonel e de quem serviu a refeição.

Por último, deixou votos de um Feliz Natal e em Bom Ano Novo.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, **Senhor Saúl Pessoa**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Em seguida deu nota da projeção nacional e internacional que teve a Festa do Vinho e das Vindimas com a transmissão do evento num canal de televisão. Sustentando que este evento faz todo o sentido no Concelho, onde a produção do vinho tem raízes ancestrais como demonstra a quantidade de lagares cavados na rocha existentes na região.

Louvou o trabalho feito pela equipa de arqueólogos, contratados pela autarquia no levantamento e localização dos monumentos de interesse do Concelho.

Destacou o aumento da procura turística do Concelho com a reportagem publicada na revista National Geographic.

Por último, deixou votos de um Feliz Natal e em Bom Ano Novo.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Nogaró**

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, e na sequência da intervenção do Senhor Primeiro Secretário da CIM-AT, referiu que se a região não está mais desenvolvida não é responsabilidade do Concelho de Valpaços. Os dados estatísticos demonstram bem o dinamismo da economia do Concelho.

Relativamente ao novo hospital, e depois das intervenções dos senhores enfermeiros, o senhor vereador lembrou que foi votada por unanimidade, nesta assembleia, a construção do novo hospital, ficando claro que esta aposta iria diminuir os recursos do Município para efetuar outros investimentos. Mais, lembrou que este investimento resultou de uma vontade tripartida entre Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, Município de Valpaços e o Estado através da Secretaria de Estado da Saúde, ficando clara que mesmo com os acordos protocolados com o estado, esta unidade de saúde não seria de cariz público. Assim, é importantíssimo não passar a ideia da gratuitidade dos serviços prestados pelo hospital. Mais, pode o Estado não cumprir a sua parte: *“não seria a primeira vez”*.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Veiga de Lila, **Senhor Eiriz Ferreira.**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Veiga de Lila, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Em seguida, e na sequência da intervenção do Senhor Vítor Nogaró, lembrou que a construção do novo hospital foi sufragada nesta assembleia e acredita que será de grande importância para o Concelho.

Deu nota da crescente procura, na sua freguesia, para a participação na Festa do Idoso.

Partilhou um incidente que ocorreu na mesa de voto da sua freguesia, aquando das eleições legislativas, onde foram abordados por dois supostos delegados do Partido Socialista que atuaram de forma rude e pouco educada, cuja autenticidade das suas credenciais o Senhor Presidente da Junta não conseguiu aferir. Mais, criaram dificuldades a algumas pessoas que sendo conhecidas por todos os elementos da mesa não puderam exercer o seu direito de voto porque não traziam consigo a sua identificação.

Por último, deixou convite para a V Edição da Feira Agrícola e do Azeite das Terras do Lila, que irá decorrer em Veiga do Lila do dia 29 de dezembro.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Resposta ao Deputado Senhor Enfermeiro Vasco Carvalho.

O Senhor Presidente da Câmara começou por lembrar que todos os hospitais das Misericórdias, pertencem ao Grupo Misericórdias Saúde e têm acordos coma ADSE e com o SNS, ainda assim, referiu que não há hospitais gratuitos, até porque a Santa Casa tem custos com médicos, enfermeiros, tarefeiros, rececionista e outros. Mais, lembrou que até ao ano de 2011, Valpaços tinha um hospital com projeção em algumas valências que ao mesmo tempo contribuía para alavancar alguns setores da economia e respondias às necessidades de saúde da população. Ora neste contexto e porque a Santa Casa da Misericórdia de Valpaços não conseguia, por si, a construção da unidade de saúde a Câmara Municipal acabou por dar um impulso decisivo na sua

construção. Lembrou, ainda, a falta de resposta do Hospital de Chaves que leva os utentes de Valpaços a Mirandela, Vila Real e por vezes ao Porto a hospitais privados de referência, neste contexto fazia sentido investir numa unidade de saúde, deixando sempre bem claro que o hospital iria consumir recursos significativos, sabendo que a política se faz de opções e prioridades. Considera que o hospital está equipado com tecnologia de última geração e vai contar com ótimos médicos, sendo alguns do Concelho.

Relativamente ao troço em apreço, o Senhor Presidente da Câmara, lembrou que em tempos estava aí colocado um semáforo para desagrado da população, e que as estradas nacionais não são competência das Câmaras, no entanto, está em curso o processo de transferências de competências onde algumas estradas nacionais passarão para alçada da Câmara. Por agora esta estrada é das Infraestruturas de Portugal, assim, qualquer intervenção deve ser da sua responsabilidade. Mais, o Senhor Presidente da Câmara, propôs à IP, no seguimento desse troço, uma rotunda junta à entrada do Cabeço, porque se prevê um aumento do tráfego nessa zona por via das instalações dos painéis fotovoltaicos e recebeu um “*rotundo não*”.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Carracedo de Montenegro e Curros, Senhor António de Jesus Costa

O Senhor Presidente da Câmara reconheceu a importância e o sucesso da Feira da Castanha Judia. Judia, porque apesar das quatro variedades de castanha produzida no Concelho a Judia é aquela com maior expressão e porque é também um nome diferenciador doutras feiras por esse país fora. Considera que esta feira além de promover a comercialização da castanha, serve também para divulgar o Concelho e todas as suas potencialidades.

Resposta ao Deputado Senhor Sebastião das Neves.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Senhor Deputado foi, e bem, o mentor do movimento de contestação ao encerramento do antigo hospital, ora, esperava agora uma palavra de apreço pela abertura do novo hospital, mas não foi assim. Mais, lembrou que a quebra da população é um flagelo que afeta todo o país e a Europa em geral com maior incidência nas regiões do interior.

Sugeriu a todos, em particular ao Senhor Deputado Sebastião das Neves, que consulte os dados oficiais publicados na página da internet “pordata.pt”, onde pode verificar os indicadores muito positivos do Concelho de Valpaços, destacando o volume de exportações que tem vindo a crescer nos últimos 6 anos.

Relativamente ao número crescente de javalis e veados no concelho, o Senhor Presidente considera um prolema extensivo a outras regiões, não se mostrando otimista na resolução do problema por parte do Governo dada a sua relação com o PAN.

Em relação aos bens alimentares consumidos na Santa Casa, o Senhor Presidente da Câmara, sugeriu ao Senhor Deputado que apresente o problema ao Senhor Provedor da Santa Casa.

Por fim, relativamente à saída de Valpaços para os Possacos, referiu que o Senhor Deputado foi no passado líder de um partido com assento nesta Assembleia e deveria na altura ter exercido a sua influência para a realização da obra antes da execução da Avenida dos Colmeais. Considera que a construção da referida rotunda hoje levaria ao pagamento avultado em indemnizações para acomodar a referida obra.

Resposta ao Deputado Senhor Enfermeiro Vítor Machado.

Relativamente à abertura do Hospital deixou apenas uma referência a um panfleto do PS, aquando da campanha para as legislativas que dizia que o hospital só abria em janeiro de 2020, ora, constata-se que o PS estava bem informado porque segundo as últimas informações a abertura está, agora, prevista para janeiro ou fevereiro.

Resposta ao Deputado Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Feira do Vinho e das Vindimas foi um sucesso e superou largamente as expectativas. Agradeceu aos senhores presidentes de junta que participaram no desfile etnográfico: foram incansáveis.

Relativamente às restrições para novas construções, o Senhor Presidente da Câmara referiu que faz tudo para concretizar novos investimentos, no entanto deve-se distinguir o empenho da Câmara e do seu Presidente e por outro lado as questões legais. Assim, foram criadas zonas, consideradas de risco de incêndio, onde a construção é liminarmente proibida, sendo a sua violação punível com a perda de mandato, no entanto, o Senhor Presidente da Câmara, e relativamente ao terreno em apreço, deixou a promessa que, dentro da legalidade, tudo vai fazer para que a concretização do projeto seja possível.

Resposta à Deputada Senhora Enfermeira Paula Xavier.

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que as primeiras Jornadas do Aleitamento Materno, foram um sucesso com um grande número de profissionais a integrarem o evento. Deixou uma nota de agradecimento à Senhora enfermeira, pela organização do evento e mostrou disponibilidade para apoiar eventos deste género e outros que contribuam para a promoção e divulgação do Concelho.

O Senhor Presidente da Câmara mostrou-se surpreendido pelo elevado número de kits que foram entregues nos últimos três anos. Deixou uma palavra de apreço ao centro de saúde, aos estabelecimentos comerciais e às farmácias que aderiram à iniciativa.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Bouçoais, Senhor António Taveira.

O Senhor Presidente da Câmara mostrou-se orgulho com a distinção que recebeu em Guimarães, que premeia a disponibilização de conteúdos na página oficial da internet do Município de Valpaços. Ainda que não tenha sido divulgado no ranking que mede a presença na internet das Câmaras Municipais, o Município de Valpaços ocupava em 2016 o lugar 269 entre os 308 Municípios, hoje, com o trabalho deste executivo, ocupa a décima sexta posição. Assim, numa sociedade de comunicação e informação o Município de Valpaços tem vindo a reforçar a sua posição na internet como veículo de promoção e divulgação do concelho e das suas potencialidades.

Por último congratulou-se pelos muitos prémios atribuídos a empresas do Concelho nas mais diversas categorias na II Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega, que decorreu no dia 6 de dezembro no casino de Chaves.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhor Eng.º Luís Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara destacou a importância da requalificação da rua D.ª Amélia Castelo, que está em fase de conclusão. Reconheceu o desejo da população de Vilarandelo na abertura da estrada que liga o Centro de Saúde ao Crédito Agrícola, assim, solicitou ao Senhor Presidente da Junta a identificação de todos os proprietários visados para iniciar o processo comercial.

Relativamente a descentralização das vias de comunicação o Senhor Presidente da Câmara lembrou que a competência foi aceite em fevereiro, no entanto ainda não foi contactado para celebrar nenhum protocolo.

Destacou o sucesso da Festa do Idoso com almoço muito bem servido, sendo uma justa homenagem a quem tanto trabalhou pelo Concelho, sendo muitos deles, ainda, uma força importante na economia da nossa terra.

Relativamente ao Pavilhão desportivo de Vilarandelo, O Senhor Presidente da Câmara informou que existe uma candidatura no valor de 160.000,00€, que visa requalificar aquele espaço.

O Senhor Presidente da Câmara, confirmou a existência de humidade no Pavilhão Desportivo de Valpaços que resulta da falha de um dos pilares que suporta a cobertura. Mais, informou que o Senhor Diretor do Departamento do Desporto Educação e Cultura, foi incumbido de solucionar o problema.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, Senhor António Castanheira.

Relativamente ao acesso Valpaços/Lagos, o Senhor Presidente da Câmara referiu que este itinerário não sofria obras de requalificação há mais de 30 anos, anunciou, ainda a intenção de ligar as duas localidades por um passeio pedestre.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiro, Senhor Professor Saúl Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara realçou a procura crescente da ecovia do Rabaçal, por parte de caminheiros de todo o país. Informou que para o início do ano está previsto uma ação de promoção nas televisões. Mais, deixou um apelo aos Senhores Presidente de Junta abrangidos pelos itinerários, para a necessidade da comercialização de produtos de região ao longo do percurso, nomeadamente ao fim de semana, como forma de negócio e de promoção do próprio Concelho.

Relativamente à exploração do lítio, o Senhor Presidente da Câmara, reafirmou que está declaradamente contra. Mais, informou que atempadamente enviou ofício, a quem de direito, a manifestar a sua repudia relativamente à possível exploração de lítio no Concelho.

Relativamente à iluminação de Natal, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que o investimento foi comedido porque as prioridades são outras.

Resposta ao Deputado Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Presidente da Câmara começou por agradecer as palavras do Senhor Vereador, concordado que se o norte não está mais desenvolvido, não é por culpa de Valpaços.

Apesar dos recursos consumidos pelo hospital, o Senhor Presidente da Câmara, informou que através de empreitadas, transferências de capital e donativos da EHATB, foram despendidos nas freguesias, no último ano, 4.400.000,00€.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Veiga de Lila, Senhor Eng.º Eiriz Ferreira.

O Senhor Presidente da Câmara mostrou a intenção de estar presente da Feira Agrícola e do Azeite das Terras do Lila, realçando a sua importância na economia da freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara mostrou-se indignado com o sucedido na mesa de voto de Veiga de Lila, onde dois elementos do Partido Socialista se fizeram passar por delegados e dificultaram a votação da população daquela freguesia. Informou que se deslocou ao local, juntamente com o

Senhor Presidente da Assembleia, onde puderam confirmar que as credencias apresentadas pelos dois elementos não eram válidas e atuavam de forma arrogante e malcriada. Por fim, só ao final da tarde é que a população conseguiu votar com alguma normalidade. Assim, considera que esta atitude por parte do PS, visava tão só, conseguir um terceiro deputado do PS no distrito de Vila Real à custa de Valpaços, acontecendo exatamente o inverso, foi o PSD que conseguiu esse terceiro deputado sustentado nos votos do Concelho de Valpaços. Por último, informou que uma situação semelhante se passou na mesa de voto de Fornos do Pinhal, onde duas pessoas idosas com incapacidade foram impedidas de votar acompanhadas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Informação do Presidente da Câmara

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que, de acordo com a lei e dando cumprimento à ordem de trabalhos, prestou informações à Assembleia Municipal sobre as atividades do Município.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que a informação do presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores, as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Levo ao seu conhecimento uma síntese da situação financeira do município de Valpaços, reportada a 30 de novembro de 2019.

1 – Disponibilidades

O saldo das disponibilidades em 30 de novembro de 2019 era de 2.379.708,86 euros, dos quais 7.777.95 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 2.371.930,91 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 986.836,79 euros dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos e obras públicas.

2 – Responsabilidades perante terceiros

No final do mês de novembro a dívida a fornecedores era de 77.353,53 euros, dos quais 51.289,96 euros a fornecedores de conta corrente e 26.063,57 euros a fornecedores de investimento.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 2.724.826,37 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo no âmbito do PAEL cujo capital em dívida à data era de 1.339.458,36 euros.

O prazo médio de pagamento no final do 3º trimestre de 2019 era de 5 dias, conforme divulgação efetuada pela DGAL.

3 – Endividamento

O limite da dívida total para o município para o ano 2019, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 21.415.455,43 euros, e a capacidade de endividamento para o ano 2019 é de 7.173.916,52 euros.

No final do mês de novembro, a capacidade de endividamento utilizada fixou-se nos 3.017.647,34 euros, estando disponível a margem de 4.156.269,18 euros.

4 – Execução orçamental da receita e da despesa

Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento inicial do município para o ano 2019, previa um total de receitas e despesas de cerca de 15,9 milhões de euros.

Fruto da incorporação do saldo da gerência de 2018, da receita legalmente consignada (projetos cofinanciados) e da contratualização de um empréstimo bancário, passaram as dotações corrigidas para 18.775.074,29 euros.

Em novembro, a receita cobrada bruta fixou-se nos 16.206.601,03 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 86,1%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 12.937.159,23 euros (taxa de execução de 90,9%) e a receita de capital em 3.697.718,88 euros (taxa de execução de 64,2%).

Ao nível das despesas, foram pagos 11.056.127,49 euros (taxa de execução de 86,45%) de despesas correntes e 3.981.093,27 euros (taxa de execução de 66,51%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 15.037.220,76 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 80,09%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de novembro para a gerência de 2019, importam em 18.454.761,94 euros, dois quais foram pagos 15.037.220,76 euros, estando assim por pagar 3.417.541,18 euros.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos em novembro importam em 3.733.843,43 euros, tendo sido pagos a importância de 1.995.321,38 euros, estando assim por pagar 1.738.522,05 euros.

O saldo para novos cabimentos, era no final de novembro de 145.240,45 euros, estando assim o PPI cabimentado em 96,30% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de novembro era de 52,73 %.

5 – Equilíbrio orçamental

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no seu artigo 40º estabelece a regra do equilíbrio orçamental.

No equilíbrio orçamental a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No final de novembro de 2019, o equilíbrio orçamental estava a ser cumprido, possuindo-se uma margem de 1.294.990,05 euros.

6 – Processos judiciais em curso

Ao nível dos processos judiciais que contra o município incorrem, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (cerca de 2,9 milhões de euros) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, nos demais, há dois onde ainda não foi proferida decisão, são eles:

ANO	PROCESSO	VALOR EM DISCUSSÃO	DECISÃO JUDICIAL	OBS
2014	309/14.6BEMDL	275.000,00	Não	Manuel Carlos Bruno - Acidente no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do folar» realizado em 28/03/2010
2018	178/18.7BEMDL-B	0,00	Não	Antiga escola do Pereiro – Direito de propriedade

TOTAL	275.000,00
-------	------------

Queria aqui relembrar os processos das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na qual são exigidos consumos mínimos ao município de Valpaços no âmbito do contrato de concessão outorgado. As Águas reclamam 2.895.840,76 euros de cinco faturas, correspondentes aos consumos mínimos de 2011, 2012, 2013 e 2014, que o município não consumiu.

Dos dois processos movidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, para apurar a legalidade da imposição de consumos mínimos por parte das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, num deles houve já a audiência e julgamento, não tendo ainda a sentença transitado em julgado, mas tudo leva a crer que o Tribunal não seja competente para julgar esta ação, pelo que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (Atualmente Águas do Norte) restar-lhe-á interpor outra ação no respetivo tribunal competente.

Acresce referir que, também o município de Valpaços tem uma ação a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a ATMAD, respeitante às taxas devidas pela

passagem de condutas no solo e subsolo do domínio público municipal. Processo esse, no qual o município pretende ser ressarcido em 557.315,92 euros. Anote-se que o município nunca receber qualquer compensação pela utilização do seu território, nem dos bens patrimoniais ocupados e usados pela ATMAD, tendo ganho em 1ª instância o processo à ATMAD, tendo esta recorrido para o tribunal superior.

7 – Apoios às juntas de freguesia

Até ao final do mês de novembro, a câmara municipal deliberou apoios monetários no âmbito do regulamento de apoio às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante de 680.749,80 euros.

8 – Obras em execução

Temos em carteira obras no valor de 3.576.514,09 euros, estando executados 695.956,07 euros e por executar 2.195.778,62 euros.

Nome da Obra	Cabimento	Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar
	Valor			
Construção de percurso ciclável e pedonal na cidade de Valpaços	427 454,21	Custódio Pereira Areias Tender	173 517,23 €	253 936,98
Ampliação do cemitério em Argeriz	116 332,35 €	Sonimconstoi-Construções, Lda	52 351,70 €	63 980,65
Arranjos urbanísticos em Serapicos	21 790,42	Engilv Mendes - construção civil e soluções de engenharia	13 205,54 €	8 584,88
Saneamento em Redondelo	155 719,23	Custódio Pereira Areias Tender	108 115,19 €	47 604,04
Beneficiação e Requalificação da Rua D.ª Amélia Castelo, até à Avª da Liberdade em Vilarandelo	146 174,00	Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.	50 376,37 €	95 797,63
Construção e Beneficiação de estradas e caminhos municipais - (EM 551 a CM1119) - «saída para o Castro, Vales e Zebbras»	89 032,50	Amydra Construções, Lda	5 764,23 €	83 268,27
Arruamentos em Possacos	77 049,81	Conserval - Conservação de Estradas, Lda	23 336,96 €	53 712,85
Arruamentos na freguesia de Sonim e Barreiros	97 481,84	Granitos da Ginjeira, Lda	43 874,99 €	53 606,85
Construção ou Beneficiação de muros de vedação para abertura de arruamentos, estradas ou caminhos municipais - (Veiga de Lila)	33 375,54	Gaspar Rodrigues, Construção Civil e Obras Públicas, Lda	962,69 €	32 412,85
Arruamentos na freguesia de Padrela e Tazém	41 996,14	Conserval - Conservação de Estradas, Lda	21 462,94 €	20 533,20
Arruamentos em Valongo	16 865,66	João Manuel da Silva Teixeira e Filho, Lda	2 054,28 €	14 811,38
Arruamentos em Sandoncelho	22 042,17	João Manuel da Silva Teixeira e Filho, Lda	13 781,60 €	8 260,57
Arruamentos em Alpande	19 663,00	Manuel Fernando Rodrigues Barreiro	17 659,60 €	2 003,40
Arruamentos na freguesia de Lebução	75 457,03	João Manuel Silva Teixeira & Filho, Lda.	-	75 457,03

Arruamentos em Veiga de Lila	29 892,00	Escavações e Terraplanagens do Barroso, Lda	2 646,29 €	27 245,71
Construção de uma ETAR em Canaveses	42 352,98	Granitos da Ginjeira, Lda	€ -	42 352,98
Saneamento em Vassal	220 000,00	Edibarra - Engenharia e Construção, S. A.	66 711,85 €	123 558,15
Arruamentos na Freguesia de Friões	131 034,93	Secundino Queirós, Construções e Obras Públicas, Lda.	67 421,68 €	63 613,25
Requalificação e remodelação da Rua Padre Manuel Torrão Mesquita, em Valpaços	109 827,97	Granitos da Ginjeira, Lda.	€ -	109 827,97
Construção de parque de estacionamento junto ao hospital de Valpaços	124 253,60	Granitos da Ginjeira, Lda.	32 712,93 €	91 540,67
Percurso do Rio Rabaçal	721 078,35	Baltazar & Filhos, Lda.	€ -	721 078,35
Construção de um Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia	190 036,32	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.	€ -	190 036,32
Aquisição de eletrobombas e outro equipamento mecânico - Substituição das bombas hidráulicas das piscinas municipais	12 554,64	Engimagne, Tecnologia e Soluções de Engenharia, Lda	€ -	12 554,64
Zona Industrial de Carrizado de Montenegro - Norte -53-2019-10 Apoio à Localização de Empresas (Baixa Densidade)	945 337,53		0 €	0,00
Bairro 1º de Maio - Requalificação Urbana	496 062,96		0 €	0,00
"Construção ou Beneficiação de estradas e caminhos municipais - (EM 544-1)"	158 986,44		0 €	0,00

Dar conta que foi lançado concurso público para a realização da obra “Percurso do Rabaçal”, financiada em cerca de 721.000,00€. Concorreram as empresas “Custódio Pereira Areias Tender” e “Baltazar & Filhos, Lda.”, sendo o critério de adjudicação o preço mais baixo, foi elaborado relatório preliminar classificando a empresa “Custódio Pereira Areias Tender”. Neste âmbito, o concorrente “Baltazar & Filhos, Lda.”, em sede de audiência preliminar, contestou a decisão alegando que a proposta do concorrente classificado em primeiro lugar não estava instruída com a devida assinatura digital qualificada. Foram encetadas diligências por parte de dos juristas do Município que consideraram dar provimento à constatação sustentada em jurisprudência nesta matéria. Vem agora o concorrente Custódio Tender, relegado para segundo lugar, contestar esta decisão ameaçando com uma ação judicial. Neste sentido foram, os dois responsáveis das empresas em litígio, chamados à Câmara onde lhe foi dada a conhecer a importância deste investimento para o Município e o risco de se perder o financiamento. Mantendo-se o diferendo entre os dois, o júri do procedimento adjudicou, ainda que à proposta com o valor mais elevado, ao corrente Baltazar & Filhos, Lda., na convicção que a proposta em apreço compre todos os requisitos legais exigidos. Assim, hoje mesmo, o concorrente Custódio Tender interpôs uma ação judicial no Tribunal Fiscal e Administrativo de Mirandela, que embora

não tenha efeitos suspensivos, obriga a visto do tribunal de contas que tendo conhecimento dessa mesma ação pode não visar o processo levando a atrasos que podem comprometer definitivamente o financiamento da obra.

9 - Outros Assuntos

Relativamente ao serviço de águas, lixo e saneamento, e por questões sociais, o Município de Valpaços celebrou um protocolo com a Autoridade Tributária para o pagamento coercivo desses serviços. Não é aceitável que hoje pessoas que não se privam de nada e depois não pagam água, lixo e saneamento, assim, a partir de janeiro quem não pagar vai ser alvo de penhora por parte da Autoridade Tributária. O mesmo se passa com as rendas do bairro social e das lojas do mercado municipal.

Destaque-se o número crescente de utentes que recorrem aos vários serviços da Loja de Cidadão. A Casa do Vinho é hoje procurada e visitada por um cada vez maior número de pessoas, nomeadamente grupos oriundos de agências de viagens.

Foram emitidas, no presente ano, 83 licenças de construção.

Foram removidos e destruídos 154 ninhos de vespa. Apenas 1, na freguesia de Ervões, era de vespa asiática, todas as outras CRABRO. Freguesias com maiores ocorrências: Vilarandelo, Água Revés, Carrazedo de Montenegro e Curros, Serapicos, Santiago da Ribeira de Alhariz, Ervões e Lebução, Fiães e Nozelos.

O concelho de Valpaços foi selecionado pela Quercus, para desenvolver ações no âmbito da floresta e proteção contra incêndios. Nesta primeira fase foi feita uma limpeza ao terreno, desrama de árvores adultas, plantados 100 medronheiros e colocados ninhos de espécies autóctones, na área florestal da Santa Isabel (abrangendo as freguesias de Vassal e Santiago de Alhariz).

O combate aos incêndios florestais no Concelho de Valpaços conta com mais um importante recurso, um novo ponto de água na freguesia de Santiago da Ribeira de Alhariz - Estorãos, à semelhança de outros pontos já construídos em Friões, Argemil e futuramente em Ferreiros;

No dia 16 de Outubro iniciou funções a Equipa de Intervenção Permanente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carrazedo de Montenegro (AHBVCM) com a assinatura dos contratos de trabalho dos cinco bombeiros.

Desde que foi implementada a nova legislação das queimas e queimadas, foram apresentadas ao Serviço Municipal de Proteção Civil 1675 comunicações, sendo posteriormente encaminhadas para a GNR e Bombeiros.

No passado dia 17 de novembro, foi comemorado, em Água Revés, os 500 anos do Foral manuelino.

O Semanário “A Voz de Trás-os-Montes” publicou uma reportagem onde dá conta que 4 empresas do concelho estão entre as 20 maiores da região transmontana.

2 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2020.

Como certamente tiveram oportunidade de analisar, o Orçamento da Câmara Municipal de Valpaços para o período de 2020, que importa tanto na receita como na despesa no valor de 15.956.331 €, encontra-se refletido nos seguintes mapas orçamentais: Resumo do orçamento; Orçamento das receitas por classificação económica; Orçamento das despesas por classificação orgânica e económica; Relatório da proposta do orçamento e o Articulado da Execução Orçamental.

A receita corrente estimada é de 14.101.419 €, superior à despesa corrente, que se cifra em 12.357.063 €. Relativamente à componente capital, a despesa de capital é de 3.599.268 € e a receita de idêntica natureza de 1.854.912 €.

A previsão das receitas e das despesas está devidamente explanada no relatório ao orçamento, onde se dá explicação detalhada a cada rubrica orçamental em observância às regras estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Comparando os orçamentos de 2020 e 2019, constata-se que a despesa corrente sobe (431.841 euros), face aos montantes previsto para o ano 2019, e a despesas de capital (onde se enquadram os investimentos e as transferências de capital) desce em 387.417 euros, em relação aos montantes estimados no orçamento de 2019, atendendo, desde logo, pela considerada diminuição das verbas a transferir para a Santa Casa de Misericórdia de Valpaços, no âmbito da construção do novo hospital de Valpaços.

Estimamos que com a aprovação do saldo da gerência de 2019, que se consubstancia na aprovação das contas do corrente ano, consigamos consignar o saldo da gerência, que rondará um milhão de euros, em investimentos (Despesas de capital), sobretudo nas freguesias que não são atendidas neste PPI inicial. Desta forma a despesa estimada para aquisição de bens de capital poderá ultrapassar os 4.600.0000 euros, no decurso da execução orçamental.

Realço, e como certamente lograram constatar pela análise ao PPI, há um conjunto de projetos com dotação não definida. São sobretudo projetos que pretendemos candidatar a fundos comunitários e outros cujo reforço da despesa (ou seja, a transferência da dotação do montante não definido para a dotação definida) ocorrerá na introdução do saldo da gerência de 2019 (em abril próximo) e igualmente pela consignação das verbas provenientes dos fundos comunitários já aprovados; aliás, uma das preocupações latentes na feitura destes documentos previsionais, e

daí a razão para não estarem, nesta fase, a generalidade das obras que pretendemos executar nas freguesias, deve-se à intenção de aproveitar todos os financiamentos comunitários a que podemos lançar mãos. Claro está, que não conseguimos fazer tudo aquilo que gostaríamos, temos de atender ao investimento que é elegível no âmbito dos projetos financiados; atualmente os financiamentos comunitários não contemplam estradas, redes de água e saneamento, etar's; mas sim, ecovias, ciclovias, praias fluviais, eficiência energética, remoção de amianto, projetos de proximidade ao idoso e outras ações mais de natureza imaterial.

A poupança corrente estimada, que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, é de 1.744.356 euros (2.256.797 euros em 2019), o que denota uma preocupação com o eficiente funcionamento da autarquia, ao canalizar recursos correntes para despesas de investimento.

Estima-se que as receitas de capital rondem os 1.854.912 euros (1.729.888 euros em 2019) e as despesas de capital os 3.599.268 euros (3.986.685 euros em 2019); será com cerca de 48% do saldo corrente que o município realizará investimentos, isto sem depender de financiamentos externos. Acautelou-se, naturalmente, as propostas financiadas que trarão mais recursos ao orçamento municipal.

Está previsto uma residual diminuição ao nível dos impostos diretos na ordem dos 1,67%, devendo-se sobretudo à estagnação da receita fiscal proveniente do IMI.

As taxas de IMI são as mínimas; a dedução para o prédio destinado a fins habitacionais (habitação própria ou permanente) em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar é a máxima: dedução de 20 euros às famílias que tenham 1 dependente a seu cargo, 40 euros para quem tenha dois dependentes a seu cargo e redução de 70 euros ao IMI a pagar para quem tenha 3 ou mais dependentes a seu cargo.

Saliento o facto de o município dar integral cumprimento ao equilíbrio corrente consagrado na lei das finanças locais, como se demonstra nas páginas 5 e 6 do relatório da proposta do orçamento.

Ao nível do plano plurianual de investimentos, existem alguns projetos adjudicados em 2019 que vão transitar para 2020, fruto do cronograma financeiro das obras, e também devido às condições climatéricas não serem as propícias para a realização de algumas naturezas de trabalhos, nomeadamente aplicação de massa asfáltica. Temos tido o tempo chuvoso, o que não permite aplicar, com qualidade, o betuminoso.

Estão previstas várias ações, catalogadas em 4 grandes grupos, que sintetizo da seguinte forma:

Funções Gerais, com um montante definido de 111.280 €;

Funções Sociais, com um montante definido de 1.316.054 €;

Funções Económicas, com um montante definido de 623.920 €;

Outras Funções, com um montante definido de 29.457 €.

É nas funções de natureza social que o município canalizará mais recursos do seu orçamento.

Atendendo aos recursos disponíveis no imediato, e como já disso dei conta, não é possível neste orçamento inicial dar resposta a todas as pretensões das nossas freguesias, pelo que reservaremos para a revisão orçamental que ocorrerá no próximo mês de abril, consubstanciando-se com a aprovação e introdução do saldo da gerência do corrente ano no novo orçamento municipal, por forma a contemplarmos, dentro dos fundos disponíveis, todas as freguesias do nosso concelho, que certamente anseiam em satisfazer as necessidades mais prementes das suas populações, e que foram sacrificadas em prol do Hospital de Valpaços, que é sem sobre de dúvida uma mais-valia para toda a população valpacense.

A saúde está sempre em primeiro lugar.

No tocante às transferências, de natureza correntes e de capital, as juntas de freguesia, a comunidade intermunicipal do Alto Tâmega, as associações sem fins lucrativos, têm dotados no orçamento municipal 1.475.990 euros (2.453.190 euros em 2019), para fazer face às suas despesas de funcionamento e de investimento. Anote-se que, ao nível das transferências para instituições sem fins lucrativo, está ainda prevista uma verba de cerca de 300.000 euros para a Santa Casa de Misericórdia de Valpaços, no âmbito do compromisso que foi assumido por este órgão e pela Assembleia Municipal, que consiste na construção e apetrechamento do hospital de Valpaços, com vista à sua reentrada em funcionamento.

Para as famílias, e quando falamos em transferências para as famílias, referimo-nos às bolsas de estudo, aos livros escolares, aos estágios profissionais (estão previstos 17 para o ano 2020), ao arrendamento apoiado e aos demais apoios sociais, e sobretudo aos programas ocupacionais, nos quais damos trabalho a pessoas que usufruem do rendimento mínimo ou do subsídio de desemprego, estamos a prever 395.000 euros, sob a forma de despesa corrente e de capital.

É no capítulo das despesas com o pessoal e na aquisição de bens e serviços que o município consome uma grande fatia do seu orçamento, representando cerca de 86,29% do total da despesa corrente e 66,83% do valor global orçado.

Nas despesas com o pessoal estão previstos 6.003.991 euros (5.656.510 euros em 2019), um acréscimo de 347.481 euros, por forma a dar cumprimento às atribuições e competências que de uma forma cada vez mais exigente assistem às autarquias locais. Esta despesa com o pessoal, para além de contemplar os gastos necessários à satisfação do quadro de pessoal, onde prevemos cerca de 30 mobilidades internas intercarreiras; temos igualmente na forja a execução de uma opção gestionária, que se concretizará por um período de dois anos económicos, e que levará em linha de conta os trabalhadores da autarquia que auferem os mais baixos salários (salário mínimo) e que muitos deles são funcionários desta casa há mais de 20 anos.

Na aquisição de bens e serviços, o montante estimado para 2020 é de 4.659.430 euros, correspondendo a um aumento de 70.590 euros face ao montante orçado para o ano 2019 (4.588.840 euros em 2019). São aqui enquadradas a aquisição das matérias-primas, nomeadamente material de construção civil, necessárias às reparações e conservações que o município com o seu pessoal executa. Os combustíveis, a aquisição de água às Águas do Norte, os transportes escolares, a alimentação para as escolas, a eletricidade (edifícios, bombagens, iluminação pública), o gás, a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, o tratamento dos efluentes, entre outros...

Trata-se de um orçamento equilibrado, o orçamento possível (não podemos dar o passo maior do que a perna), onde foram cuidadosamente ponderadas as necessidades da população, aos recursos disponíveis pelo município.

Uma coisa é certa, com mais ou menos dinheiro, faremos, eu e a minha equipa, certamente o nosso melhor, com a ajuda de todos.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Dra. Ema Gonçalo**.

A Senhora Deputada Dra. Ema Gonçalo, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Antes de se pronunciar acerca do ponto em debate, a Senhora Deputada quis deixar uma nota sobre os acontecimentos na mesa de voto de Veiga de Lila. Considera que os atos ficam com quem os pratica sendo estes, sempre mais relacionados com as pessoas do que com os partidos. Lembrou que está nesta terra há 30 anos, ora, há 30 anos que é delegada tendo, neste tempo, presenciado acontecimentos no mínimo duvidosos, nomeadamente, há cerca de 15 anos, quando uma mesa de voto fechou às 18:00 horas porque os elementos da mesa entenderam que não havia mais ninguém para votar. Mais, quando numa eleições europeias a abstenção nacional rondou os 47% e duas mesas de voto do Concelho registaram uma afluência, respetivamente 97% e 95%, algo de estranho se passou.

Considera que tal como o Senhor Presidente da Câmara, também ela preza pela democracia e pelo voto livre.

Relativamente ao ponto em discussão, a Senhora Deputada não critica o esforço e as apostas da Câmara Municipal, no entanto, ao fazer uma leitura política refere que provavelmente a suas opções seriam outras. Considera, ainda, que nem sempre o esforço e as políticas da Câmara Municipal obtêm os resultados desejados. Assim, não questionando o mérito e o empenho do Município, anunciou que a bancada do Partido Socialista se vai abster nesta votação.

Por último, deixou a todos os votos de um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

Relativamente ao documento em apreço, o Senhor Vereador, lembra que a lei obriga a que seja explícito. Depois de ler e estudar atentamente a proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2020, considera o documento explícito, equilibrado e responde, na medida do possível, às necessidades do Concelho. Refere, ainda, que relativamente às receitas, o Município pouco pode fazer, sendo elas provenientes de transferências do Estado, impostos e receitas próprias. O mesmo se passa com as despesas fixas: “*não há por onde fugiu*”. Assim, na parte restante é que reside a dificuldade na elaboração deste orçamento, porque é necessário definir prioridades quando os recursos são escassos. Ainda relativamente á despesa, nomeadamente ao aumento com as despesas como pessoal, considera que é necessário prestar serviços de qualidade aos munícipes, assim, não considera este aumento desproporcionado, bem pelo contrário. Por tudo isto, anunciou que este orçamento merece o voto favorável da bancada do Partido Social Democrata.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

Resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção da Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo.

Relativamente às duas questões que a Senhora Deputada levantou relativamente ao funcionamento menos claro de algumas mesas de voto que ocorreram no passado, o Senhor Presidente da Câmara lembrou que nesse tempo ainda não fazia parte do elenco do executivo, considerando lamentável que tais situações tenham ocorrido.

Relativamente ao incidente da mesa de voto de Veiga de Lila, lembrou que as credências apresentadas pelos supostos delegados não estavam assinadas por si, como é de lei. Mais, os delegados não podem interferir no funcionamento da mesa, apenas podem observar e registar.

Considera, ainda, uma afronta que não deixem votar as pessoas que são conhecidas por todos os elementos da mesa, só porque não trazem consigo o cartão de cidadão.

Relativamente ao documento em apreço e mais concretamente às despesas com o pessoal, o Senhor Presidente da Câmara, informou que no último ano as Câmara tiveram um incremento destas despesas na ordem dos 6%, resultado da integração dos precários e do descongelamento das carreiras. o Município de Valpaços está próximo deste número. Lembrou, ainda que tem funcionários que recebem o ordenado mínimo e não são aumentos há mais de 20 anos, considera, que é uma questão de justiça aumentar estes funcionários. Referiu que podem consultar os rácios relacionados com as despesas com pessoal na página da internet “pordata.pt”, e verificar que são dos melhores do Alto Tâmega.

Deixou, também, uma palavra aos senhores presidente de junta no sentido de priorizar as suas necessidades, lembrando que será incorporado o saldo de gerência em abril de cerca de 1.000.000,00€ e um previsível aumento de 7% das receitas do FEF.

Resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

A resposta ao Senhor Deputado foi abordada na anterior intervenção.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA QUATRO ABSTENÇÕES.**

3 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do mapa de pessoal para o ano 2020.

Como dispõe o artigo 25º no anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais.

O mapa de pessoal aqui presente, prevê o número de trabalhadores que se prevê que sejam necessários para uma melhor funcionalidade das estruturas orgânicas e para uma eficiente realização das competências que estão adstritas à câmara municipal.

Há cerca de um ano atrás, na sessão do mês de dezembro desta Assembleia Municipal, levamos a cabo uma profunda alteração ao quadro de pessoal, onde foram criados 45 lugares no quadro de pessoal da autarquia, por forma a permitir enquadrar aquele pessoal que desempenhava funções que correspondiam a necessidades permanentes sem que o vínculo jurídico fosse o adequado, refiro-me aos precários.

Foram lançados os necessários procedimentos concursais para contratualização de pessoal, não na modalidade de «Contratos de tarefa ou avença» como vinha a ser seguido, mas sim no ingresso como trabalhadores dependentes, nas várias carreiras da função pública.

Neste âmbito foram admitidos 44 trabalhadores que estavam na condição de vínculos precários. As camaras municipais cada vez mais precisam de trabalhadores. Avizinha-se a descentralização de várias competências da administração central para os municípios e juntas de freguesia. Alguns contornos já são conhecidos, que não têm significado na estrutura de pessoal, porém outros virão que certamente terão impacto na orgânica do pessoal e nos respetivos gastos que lhe estão associados, nomeadamente no âmbito da competência da educação e saúde.

Ainda no decurso de 2018, abriu-se um concurso para admissão de 14 assistente operacionais; processo esse, que tem vindo a ser conduzido por um júri, devidamente mandatado para o efeito, e que se estima que o processo esteja concluído no final deste ano ou logo no início do ano que vem.

O quadro de pessoal hoje aqui em discussão, prevê a criação de 31 postos de trabalho, dos quais 29 postos devidos pela passagem de funcionários da categoria de assistente operacionais, para a categoria de assistente técnico, por se mostrarem reunidas as condições legais para se efetivar essa transição. Prevê ainda a passagem de 1 assistente técnico para a categoria de técnico superior; também este já funcionário da autarquia; e um concurso público externo, para recrutamento de um posto de trabalho na área da engenharia agrícola.

É o que me cabe informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Dra. Ema Gonçalo**.

A Senhora Deputado, constatou o grande peso da despesa com pessoal em situação precária, afirmando que não entende este hábito de fazer avenças atrás de avenças. Mais, considera que a maioria das carreiras da função pública é mal remunerada, deixando exemplos de assistentes operacionais que ao fim de 40 anos de trabalho levam para casa uma reforma equivalente ao ordenado mínimo.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção da Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo.

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que no ano passado regularizou cerca de metade dos trabalhadores em situação precária, utilizando o critério da antiguidade. Como é fácil entender não seria possível regularizar todas as situações em simultâneo, daí o número elevado de trabalhadores nessa situação que serão regularizados logo que seja possível.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

4 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa intermunicipal «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.».

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

No âmbito deste regime jurídico, as entidades públicas participantes no capital social das empresas locais, devem celebrar contratos-programa onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas.

Os referidos contratos-programa devem igualmente especificar os subsídios à exploração que as empresas locais têm direito a receber como contrapartida das obrigações que estas venham a assumir na outorga do contrato-programa.

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia, a EHATB é uma empresa local de natureza intermunicipal, detida a 100% pelos seis municípios do Alto Tâmega.

É uma empresa que tem como objeto a produção e venda de energia elétrica, proveniente de fontes renováveis, como a água e o vento; Porém, a sua existência está relacionada com o desenvolvimento local e regional na área territorial de atuação de cada município acionista, promovendo o crescimento económico local e regional.

Ao longo dos anos a empresa têm produzido excedentes na produção de energia que lhe permitem canalizar recursos para outras valências.

As ações previstas no contrato programa, conforme minuta do contrato que foi distribuída a esta Assembleia, consistem na promoção do desenvolvimento urbano e rural, onde estão previstos 295.150 euros.

Compreende esta rúbrica a realização de eventos de divulgação de produtos do nosso concelho, estando previstas as seguintes ações:

- Feira do Fumeiro;
- Feira do Folar;
- Feira Franca;
- Festa do Vinho e das Vindimas;
- Feira da castanha;
- Feira de Natal – Cidade encantada.

Estes certames, relacionados com a promoção, divulgação e apoio à comercialização dos nossos produtos, designadamente o folar, o vinho, a castanha, o azeite, o fumeiro, visam levar a marca «Valpaços» a um universo cada vez mais longínquo, por forma a que os nossos produtores possam desenvolver a sua atividade, criando riqueza e, por conseguinte, promovendo o emprego no nosso concelho.

Está ainda prevista uma verba de 254.850 euros, para a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana.

Com este montante pretende-se levar a efeito duas empreitadas; uma em Sanfins, que consiste no arranjo do lugar de Santa Rita, cuja estimativa orçamental é de 74.850 euros; e uma outra em Carrzedo de Montenegro, orçada em 180.000 euros, concretamente na execução de um arruamento no bairro da Portela; trata-se de um bairro residencial da vila de Carrzedo, cujo arruamento esta em mau estado de conservação, inclusive uma parte dele está em terra batida, que será totalmente remodelado, com rede de saneamento, águas residuais e pluviais, e asfalto.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

5 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do regulamento do Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho do Município de Valpaços.

Em reunião ordinária realizada no dia 1 de agosto do corrente ano de 2019, foi deliberado pelo Executivo Camarário, a aprovação da proposta n.º 13/2019, dando início ao procedimento do Regulamento do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho

do Município de Valpaços, para efeitos de participação procedimental, nos termos do disposto no atual artigo 98.º n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo.

No período destinado à participação dos interessados, não houve nenhuma sinergia para a conceção do referido regulamento.

Nessa sequência, mediante deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 9 de setembro, foi aprovada a proposta n.º 14/2019, destinando-se à aprovação do projeto do Regulamento do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho do Município de Valpaços, para efeitos de audiência dos interessados ao abrigo do artigo 100º CPA.

O referido projeto de regulamento foi exposto à audiência dos interessados entre o dia 10 de setembro e o dia 22 de outubro, registando-se a participação das seguintes entidades:

- UGT - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos; e
- CGTP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins.

Após análise do teor das participações referidas, verificou-se que ambas se pronunciaram de forma favorável ao projeto de regulamento em discussão pública, mantendo-se, assim, as normas constantes do projeto de regulamento que foram submetidas à audiência dos interessados.

Por forma a ser obtida a aprovação final, em consonância com os artigos 25º e 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de janeiro, vem esta proposta a esta Assembleia, que se consubstancia no Regulamento do Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho do Município de Valpaços.

Como certamente tiveram oportunidade de ler, o Regulamento fixa as normas que regulam os comportamentos das pessoas dentro de uma organização. Neste sentido, o Município de Valpaços, como pessoa coletiva de direito público, entende que os seus trabalhadores e titulares de cargos dirigentes, no exercício das suas funções públicas, devem orientar a sua conduta pelos princípios da transparência e da legalidade, da não discriminação e da boa-fé, de forma a aumentar a credibilidade e prestigiar o serviço onde se encontram integrados.

Desde a primeira hora que em fui eleito como Presidente da Câmara, sempre incentivei o respeito e a cooperação entre todos os trabalhadores, num ambiente de trabalho harmonioso e digno, tendo sempre considerado como não aceitáveis ou toleradas quaisquer práticas de assédio. Atendendo a que a ética não é coativa, isto é, que não implica aplicação de penas legais, o código de conduta supõe uma normativa interna de cumprimento obrigatório, mantendo uma linha de comportamento uniforme entre todos os colaboradores do município de Valpaços, prestigiando a instituição Câmara Municipal, que se sempre se pautou por uma imagem digna e responsável.

Cumprindo-se os normativos previstos neste Código de Boa Conduta, como muito espero, haverá ganhos económicos e financeiros, uma vez que se previne reclamações, procedimentos administrativos e judiciais, que acarretem custos para todas as partes envolvidas.

Estão previstos um conjunto de princípios que devem ser respeitados no cumprimento das atividades desenvolvidas pelo Município de Valpaços, implementando um instrumento auto-regulador, visando ainda, dar a conhecer ao cidadão o grau de exigência interna aplicado pelo Município, clarificando as normas de conduta que determinam a atuação e comportamento dos seus funcionários e funcionárias.

O regulamento tem uma aplicação transversal, aplicando-se a todos aqueles que prestem serviço no município a título permanente ou ocasional; aos elementos dos órgãos autárquicos e membros de gabinetes de apoio, durante o cumprimento dos seus mandatos; e aos que exerçam cargos de direção (Diretores de Departamento e Chefes de Divisão), enquanto vigorar a respetiva comissão de serviço.

Se o presente regulamento acolher naturalmente aprovação desta Assembleia Municipal, segue-se a sua publicação em Diário da República, e posterior entrada em vigor.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Dra. Ema Gonçalo**.

Considera, a Senhora Deputada, que embora este regulamento decorra da própria lei, não se deve menosprezar o assunto do assédio moral. Considera, ainda, que este problema tem mais impacto em regiões de baixa densidade populacional, onde toda a gente se conhece tornado mais fácil as represálias. Por fim, referiu que todos devem ter condições condignas para exercer as suas funções no local de trabalho.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2020, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem

Nos termos da alínea m) do artigo 14.º, da Lei n.º 73/2013, a qual estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constituem receitas dos municípios as estabelecidas por lei ou regulamento.

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos. Esta Lei veio estabelecer que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento da designada «Taxa Municipal de Direitos de Passagem», devida pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas instaladas no domínio público ou privativo das autarquias locais.

De referir que esta taxa, ao invés da prática levada a cabo no passado em que as operadoras refletiam no seu cliente, numa linha própria, designada «Taxa do Município pelos direitos de passagem», atualmente essa prática é ilegal, pelo que esse efeito terá de ser refletido em toda a tarifa a nível nacional.

A TMDP é determinada com base na aplicação de uma percentagem sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município.

Desta forma, a TMDP é aprovada anualmente por cada município e até ao fim do ano anterior a que se destina a sua vigência, e não pode ultrapassar os 0,25% que incidem sobre a faturação que a operadora faz ao cliente na área geográfica de cada concelho.

A Câmara de Valpaços nunca instituiu esta taxa; todavia todos os municípios do Alto Tâmega estão a fazê-lo; ou seja, os clientes dessas empresas de comunicações fixas que se encontram sediados em Valpaços, acabam por pagar (Via tarifário) a taxa que os outros concelhos implementam, pelo que, ao menos a receita que é devida na nossa área geográfica, que fique no nosso território.

Daí a razão para lançarmos esta taxa, que não vai onerar apenas os utilizadores do nosso concelho, mas o bolo nacional.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Dra. Ema Gonçalo.**

Considera que esta matéria deveria ser da responsabilidade da entidade reguladora correspondente ou pelo poder central.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE.**

O Senhor presidente da Câmara solicitou uma última intervenção para desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações pessoais e profissionais.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia**, convidou os presentes para assistir a um vídeo promocional da ecovia do rabaçal. Desejou a todos um Santo Natal e um Bom Ano Novo.

Sendo vinte e uma horas e quarenta minutos e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queirós Simões